



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA (10ª) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidida pela Sra. Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e dois, realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pela Sra. Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Sessão Extraordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Oitava (18ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº 10, de 2022. Logo após o término da quadragésima primeira Sessão Ordinária, feita a primeira e única chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 118, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ademir Souza Floretti Junior (01), Alexandre Cintra (02), Cinoê Duzo (03), Dirceu da Silva Paulino (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), João Victor Coutinho Gasparini (06), Joelma Franco da Cunha (07), Lúcia Maria Ferreira Tenório (08), Luís Roberto Tavares (09), Luzia Cristina Cortes Nogueira (10), Mara Cristina Choquetta (11), Márcio Evandro Ribeiro (12), Marcos Antônio Franco (13), Marcos Paulo Cegatti (14), Orivaldo Aparecido Magalhães (15), Sônia Regina Rodrigues Módena (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, veem-se as respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, a Sra. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isso, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106, da já citada Resolução,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

convidou o Vereador Marcos Antônio Franco para que procedesse à leitura de um trecho da Bíblia. Cumprida dita providência, a Sra. Presidente passou imediatamente à parte reservada à **“ORDEM DO DIA”**, submetendo à apreciação da casa o que se segue: **EM TURNO ÚNICO, “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno.** 01. Projeto de Lei nº 147, de 2022, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre o Serviço de Inspeção Municipal Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Município de Mogi Mirim/SP, e dando outras providências”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social e Parecer Conjunto das Comissões de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Exames de Assuntos Industriais e Comerciais. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 147 de 2022 foi aprovado por unanimidade. 02. Projeto de Lei nº 166, de 2022, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a firmar Termo de Parceria com o 197º GRUPO ESCOTEIRO ENCANTO DAS MATAS, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 166 de 2022 foi aprovado por unanimidade. 03. Projeto de Lei nº 177, de 2022, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação, por superávit financeiro de 2021 e remanejamento parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 9.295.000,00”. Com **01 mensagem modificativa** de autoria do Prefeito Municipal. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social; de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças Orçamento. Fez uso da palavra a vereadora Mara Cristina Choquetta fazendo a leitura do projeto. Fez uso da palavra o vereador Tiago César Costa dizendo que esses projetos mostram como o governo é incompetente, pois esse dinheiro, derivado de excesso de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

arrecadação, estava guardado enquanto as pessoas morrem no hospital. Frisou que o Prefeito deu uma pedalada nos servidores com um aumento de apenas 2%, enquanto havia excesso de arrecadação. Criticou o Prefeito por colocar mais dinheiro na empresa responsável pelo transporte público, sendo que foi falado que iriam municipalizar o serviço, demonstrando estar perdidos. Fez uso da palavra a vereadora Joelma Franco da Cunha questionando como pode 80% desse valor serem derivados de remanejamento de secretarias, sem contar uma parte derivada de excesso de arrecadação do ano de 2021, cerca de R\$ 725.000,00. Criticou o governo por chegar ao final do ano havendo esse tipo de remanejamento, fazendo-se necessário averiguar a condição fiscal do município, pois, em certos momentos, são feitos financiamentos; em outros, o recurso vem do ano anterior, tornando a execução financeira da cidade meio duvidosa. Fez uso da palavra o vereador Geraldo Vicente Bertanha dizendo estar se sentindo incomodado com esse projeto, sugerindo que ele seja desmembrado. Explicou que, nesse pacote, há verba para pagamento de décimo terceiro dos servidores públicos, porém há um valor referente à reforma elétrica na Santa Casa, mesmo a gestão dela tendo sido transferida, via decreto, para um instituto particular, ou seja, a Prefeitura vai usar mais de R\$ 2.500.000,00 numa reforma de um local que será explorado, posteriormente, por uma instituição privada. Comentou que conversou com o Prefeito sobre quanto de recurso seria necessário para ‘zerar’ as cirurgias eletivas na cidade, o valor citado foi exatamente os R\$ 2.500.000,00, então questionou o porquê de esse dinheiro não ser usado para isso. Lamentou haver coisas boas misturadas com coisas ruins no pacote, dificultando na hora da votação. Fez uso da palavra o vereador Joao Victor Coutinho Gasparini dizendo que se atentará a esse projeto, não falará de projetos futuros, citando o vereador Tiago César Costa. Comentou que a Prefeitura conseguiu, ao longo do ano, garantir esse excesso de arrecadação, comentou que esses ajustes são naturais levando-se em conta o cálculo previsto de gasto *versus* o de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

arrecadação, chegando à conclusão de que o município não está em atraso com os pagamentos devidos aos servidores. Fez uso da palavra a vereadora Luzia Cristina Cortes Nogueira dizendo que, no passado, foi feita uma avaliação da parte elétrica da Santa Casa, sendo necessária uma reforma de emergência antes que os pacientes possam correr algum risco. Comentou que haverá mais dezesseis (10) leitos de UTIs a partir da semana que vem, destacou que chegarão mais aparelhos, sendo necessário fazer as melhorias na rede elétrica. Frisou que, quando o Instituto assumir a gestão, não receberá por três (3) meses, pois a estrutura da Santa Casa precisará ser preparada para que ela, futuramente, possa sair da intervenção, mantendo-se sem recursos da Prefeitura. Fez uso da palavra o vereador Orivaldo Aparecido Magalhães dizendo que é difícil alguém não querer que a Santa Casa melhore. Destacou que foi feita uma reunião, aqui nesta Casa de leis, em que o Sr. Eliseu disse que há uma ideia de a Santa Casa fazer um acordo com o Instituto Nacional de Ciências e Saúde, em que a Prefeitura faria repasse ao INCS, porém o Instituto iria operar com o CNPJ da Santa Casa, questionou como seria feito caso haja um bloqueio judicial. Demonstrou estar perplexo como é feito um decreto em que a discussão do tema ocorre depois, tornando estranha a situação. Fez uso da palavra o vereador Cinoê Duzo dizendo que esse projeto deixa a Câmara em 'saia justa'. Disse que foi questionado, na rua, por uma pessoa sobre o significado de Superávit Financeiro, após a explicação, foi questionado acerca do porquê estão faltando remédios, faltando cirurgias eletivas. Respondeu dizendo que questionaria o Poder Executivo sobre isso. Criticou o Prefeito por aguardar o último ano de mandato para fazer os investimentos, visando à eleição. Fez uso da palavra a vereadora Lúcia Maria Ferreira Tenório dizendo saber que esse projeto seria polêmico, comentou que provavelmente houve uma falta de planejamento acerca dos recursos, mas entendeu que não é fácil planejar, pois, na saúde, há muitas intercorrências. Comentou sobre a intervenção na Santa Casa, que precisa de ser alterada, por isso o Instituto pode ser uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

medida viável. Demonstrou insatisfação com o Poder Executivo por ter feito o decreto antes de haver a reunião com os vereadores, reforçou a necessidade ouvirem mais o Poder Legislativo, pois estão ali para contribuir, buscando o bem-estar da população. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 177 de 2022 foi aprovado pela maioria dos presentes. 04. Projeto de Lei nº 185, de 2022, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre abertura de crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no valor de R\$ 600.000,00”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra o vereador Tiago César Costa dizendo que mais uma vez o Poder Executivo falhou no planejamento, desta vez, foi com a reforma do Mini Terminal, necessitando de mais R\$ 600.000,00. Lembrou-se de uma reforma numa creche, no bairro da Santa Cruz, onde, quando chovia, o telhado não dava conta do volume de água. Lamentou a falta de planejamento do governo, que não explica os projetos e não convida todos os vereadores para participarem de reuniões. Fez uso da palavra o vereador Geraldo Vicente Bertanha dizendo que não estará presente na reunião da próxima quinta, pois terá um compromisso em São Paulo, buscando mais uma conquista para a cidade. Comentou que o Secretário explicou os motivos para esse projeto, foi falado que o Poder Executivo separou R\$ 1.700.000,00 para essa obra do Mini Terminal, porém, no término da concorrência, a empresa vencedora ganhou por R\$ 1.100.000,00, sobrando R\$ 600.000,00. Entretanto, houve uma alteração no planejando por causa de uma adaptação em prol do Poupatempo, fazendo-se necessário usar esses R\$ 600.000,00. Finalizou dizendo que entendeu o que o Secretário quis dizer. Fez uso da palavra a vereadora Joelma Franco da Cunha comentando que, ao pegar o contrato que versa sobre a reforma sobre o Miniterminal urbano, foi pactuado à época um aporte de R\$ 2.270,945,85 para o remanejamento. Citou que, no contrato, não existe cláusula sobre aditamento, fazendo-se necessários alguns



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apontamentos. Destacou que, ao iniciar um contrato, deve ser feita toda a programação orçamentária, colocando cronograma financeiro e detalhando tudo o que será necessário. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 185 de 2022 foi aprovado pela maioria dos presentes. **“Ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno.** 05. Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2022, de autoria do Vereador Marcio Evandro Ribeiro, “revogando o Decreto Legislativo nº 371, de 04 de outubro de 2022, que concedia o título a WILSON KELLER DE MATOS e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Decreto Legislativo nº 19 de 2022 foi aprovado por unanimidade. **EM SEGUNDO TURNO, “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno.** 06. Projeto de Lei nº 179, de 2021, de autoria da Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena, “dispondo sobre a obrigatoriedade, por parte de condomínios residenciais ou comerciais, de Clínicas Veterinárias, Pet Shops, Hotéis para estadia de animais e similares, de comunicação às autoridades policiais ou órgãos competentes da ocorrência e indícios de maus tratos ou quaisquer violações de direitos dos animais, no âmbito do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 179 de 2021 foi aprovado por unanimidade. 07. Projeto de Lei nº 181, de 2021, de autoria do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, “assegurando às pessoas portadoras de albinismo, o exercício a direitos básicos nas áreas de educação, saúde e trabalho no Município, e dando outras providências”. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 181 de 2021 foi aprovado por unanimidade. 08. Projeto de Lei nº 189, de 2021, de autoria do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, “determinando prioridade na instalação de placas de orientação em Braille nas vias públicas, nos locais que se especifica”. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 189 de 2021 foi aprovado por unanimidade. 09. Projeto de Lei nº 15, de 2022, de autoria do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, “dispondo sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

disponibilização de atendimento psicológico e psiquiátrico ao responsável, atendente pessoal e familiar de pessoa com deficiência e dando outras providências”. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 15 de 2022 foi aprovado por unanimidade. 10. Projeto de Lei nº 112, de 2022, de autoria da Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena, “dispondo sobre o acesso de animais domésticos aos abrigos destinados ao atendimento das pessoas em situação de rua, e dando outras providências”. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 112 de 2022 foi aprovado por unanimidade. **EM PRIMEIRO TURNO, “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno.** 11. Projeto de Lei nº 154, de 2022, de autoria do Vereador Geraldo Vicente Bertanha, “dispondo sobre a obrigatoriedade de a Prefeitura divulgar, no portal (SITE) do Município, por meio de um ícone específico - ‘Link da Mulher’ – bem como nas redes sociais oficiais – todas as informações sobre os serviços prestados às mulheres no âmbito do Município de Mogi Mirim”. Com **01 emenda supressiva e 01 emendas modificativa**, ambas de autoria do Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social. Fez uso da palavra o vereador Geraldo Vicente Bertanha dizendo que esse projeto vai ao encontro de várias leis criadas nesta casa, que protegem as mulheres, porém faz-se necessário a fiscalização acerca da execução das leis. Pensando nisso, o projeto de lei tem como objetivo dar publicidade e transparência ao público feminino de Mogi Mirim, caso necessitem de serviços da Prefeitura, principalmente, quando vítimas de violência doméstica. Destacou que o projeto cria um link para as mulheres, no site da Prefeitura, de forma destacada, contendo informações de alguns locais referentes à saúde física e psicológica para elas. Fez uso da palavra a vereadora Joelma Franco da Cunha parabenizando a iniciativa do Vereador Geraldo. Comentou que, na hora da necessidade, é muito importante haver um local acessível e compilado, melhorando os instrumentos já



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

existentes. Fez uso da palavra o vereador Ademir Souza Floretti Junior comentando sobre a importância do acesso à informação. Citou exemplos dos serviços prestados, que estarão nessa parte do site. Destacou que votar um projeto como esse é caminhar para criar mecanismos de proteção às mulheres, que muitas vezes passam por situações de violência, porém sentem dificuldade de procurar ajuda de forma correta. Salientou a importância de fiscalizar o poder público para que essas leis sejam executadas, pois só assim melhoraremos a vida dessas pessoas. Fez uso da palavra o vereador Alexandre Cintra parabenizando o vereador Geraldo Bertanha e destacando o quanto o público feminino o acompanha, desde antes do trabalho na Câmara. Disse esperar que o projeto seja executado, assim como outros relacionados ao tema, e que haja um destaque dentro das mídias digitais da Câmara, ficando mais próximas da população. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 154 de 2022 foi aprovado por unanimidade. 12. Projeto de Lei nº 172, de 2022, de autoria da Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena, “instituído no âmbito do Município de Mogi Mirim e incluindo no Calendário Oficial do Município, a ‘CAMINHADA INTEGRADA OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL’ e dando outras providências”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social. Ato contínuo, a Sra. Presidente, vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena, solicitou ao 1º Vice-Presidente, vereador Geraldo Vicente Bertanha, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra à vereadora, dizendo que achou necessária a realização desse projeto, como incentivo aos cuidados da saúde e divulgação desses meios, pelo fato de, até o dia 20 de outubro, a Prefeitura não possuir nenhuma programação relacionada ao tema outubro rosa. Destacou que o custo com saúde pública é diminuído quando as pessoas são incentivadas a procurar um acompanhamento preventivo, sem contar o aumento da probabilidade de cura, caso algo seja



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

diagnosticado. Retomando os trabalhos, a Sra. Presidente, vereadora Sônia Regina Rodrigues, concedeu o uso da palavra ao próximo orador inscrito. Fez uso da palavra o vereador Luís Roberto Tavares dizendo que apoia o projeto, pois a Prefeitura precisa investir mais em levar o conhecimento à população sobre as doenças. Citou o exemplo do ex-Governador Mario Covas, que morreu de câncer, mesmo sendo um gestor público com conhecimento da importância sobre a prevenção. Fez uso da palavra o vereador Ademir Souza Floretti Junior citando uma moção de pesar feita por ele, em que a pessoa, uma mulher, mãe, esposa, faleceu de câncer, tendo provavelmente iniciado na mama. Comentou que esse é um dos mais simples de ser detectado, podendo ser um sinal de falta de informação aos procedimentos preventivos. Lamentou o fato de, muitas vezes, o Poder Executivo não colocar em prática os projetos feitos pelos vereadores, dando a impressão aos cidadãos de que o Poder Legislativo não possui muito efeito prático, porém não é essa a realidade. Fez uso da palavra a vereadora Lúcia Maria Ferreira Tenório dizendo que tudo que é feito em prol da prevenção deve ser divulgado na mídia. Comentou que o Rosa, como uma marca de prevenção, já está assimilado ao câncer de mama para as mulheres; por outro lado, com o Azul, para o homem, não ocorre o mesmo, carecendo de um trabalho maior de incentivo à prevenção. Disse que, embora o câncer de próstata é o segundo câncer que mais mata homens, 95% dos casos podem ser curados dependendo da fase em que é descoberto. Destacou que não devemos deixar apenas para outubro, devendo ser lembrado durante todo o ano. Fez uso da palavra o vereador Cinoê Duzo dizendo que, quando vamos ao médico, somos questionados se praticamos atividade física, se fumamos e se bebemos. Comentou que todas as ações voltadas para a atividade física têm efeito direto na saúde pública, pois, quanto mais saudáveis são as pessoas, menos elas utilizarão o sistema público. Destacou o evento que será promovido pelo ICA, envolvendo caminhada e corrida de rua, indo ao encontro do incentivo à atividade física. Colocado a votos, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sessão de hoje, o Projeto de Lei nº 172 de 2022 foi aprovado por unanimidade. Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", a Sra. Presidente passou, em seguida, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme § 2º do Artigo 117 do Regimento Interno vigente, e facultou a tribuna aos oradores regularmente inscritos. Fez uso da palavra o vereador Marcos Paulo Cegatti dizendo que, no dia 13 de junho deste ano, apresentou nesta Casa os aportes feitos ao Clube Recreativo e até agora nada é feito, nada é falado sobre. Comentou que os vereadores são as vozes da população, então o mínimo necessário é termos respostas, lamentando a falta de respeito do Poder Executivo para com o Poder Legislativo. Fez uso da palavra o vereador Orivaldo Aparecido Magalhães trazendo demandas das Chácaras São Marcelo, Chácaras Sol Nascente, Chácaras São Francisco, pois pedidos têm sido feitos para a retirada de entulhos e galhos de árvores, parece que o Prefeito governa apenas para a Zona Leste, deixando outras partes da cidade de lado. Ato contínuo, a Sra. Presidente, vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena, solicitou ao 1º Vice-Presidente, vereador Geraldo Vicente Bertanha, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra à vereadora, dizendo, em relação ao assunto caminhada Azul e Rosa, que amanhã haverá uma palestra sobre a saúde masculina. Comentou sobre a audiência pública ocorrida, na última sexta, sobre a alteração no sistema de mídia da sessão, melhorando a qualidade da transmissão, oportunizando a divulgação de outros eventos na Câmara, além de tirar certas limitações, pois o vereador não vai precisar se levantar para fazer uso da palavra. Retomando os trabalhos, a Sra. Presidente, vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena, concedeu o uso da palavra ao próximo orador inscrito. Fez uso da palavra o vereador Tiago César Costa dizendo para terminar o que foi iniciado nesta Casa e agora tentam fazer uma reforma ao apagar das luzes. Criticou o governo municipal por ter feito o que quis aqui na Câmara e traiu a Vice. Comentou sobre o decreto que passa a gerência



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Santa Casa para o Instituto, criticando o valor que será usado na reforma elétrica se comparado ao valor para criar novos leitos de UTIs. Disse que foi criticado por uso de R\$ 2.000,00 numa viagem em que trouxe mais de R\$ 1.000.000,00 para a cidade, disse que o Prefeito acha que manda na Câmara, passando todo e qualquer projeto aqui. Antes de chamar o próximo vereador, a Sra. Presidente defendeu-se das acusações do vereador Tiago, pois nada está sendo feito ao apagar das luzes, e os vereadores devem trabalhar até o final do ano legislativo. Fez uso da palavra o vereador Ademir Souza Floretti Junior fazendo a leitura do significado da palavra Respeito. Disse que todos os vereadores são representantes do povo, ninguém foi colado aqui meio de favores ou indicações, então quando o Prefeito faz uma reunião e não convida a todos é falta de respeito, lamentou essa falta de diálogo. Comentou sobre o respeito e a atenção que devemos dar aos idosos, disse que, por vezes, a família não tem condição financeira para ajudar, porém, o que mais entristece é ver famílias com boas condições financeiras tendo o desejo de colocar o idoso em abrigos, tirando a própria obrigação de cuidado. Destacou que fez uma indicação sobre a necessidade de fazer a poda de uma árvore, no Jardim Silvânia, o poder público respondeu, mas ainda não o fez, assim sendo, reiterou a indicação pelos riscos no local. Fez uso da palavra o vereador Dirceu da Silva Paulino parabenizando a realização do campeonato amador de futebol, parabenizou a equipe do Tucureense pela conquista e o técnico dela. Fez uso da palavra o vereador Geraldo Vicente Bertanha dizendo que a cidade está com baixo índice de pessoas tomando vacina, como por exemplo, a vacina da Pólio em crianças. Comentou que aumentaram os casos de covid, e a Prefeitura não tem divulgado os boletins da doença, pois a pandemia não acabou. Cobrou melhorias na divulgação das informações, citou a dificuldade de falar na secretaria de saúde. Salientou que, por causa do jogo do Brasil, o período da tarde não teve expediente, deixando diversas pessoas que iriam ser atendidas sem serem avisadas, ocasionando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

problemas. Disse que o Poder Executivo o chama apenas quando possuem interesses, porém vota em favor da cidade, aprovando ou rejeitando projetos. Fez uso da palavra a vereadora Joelma Franco da Cunha dizendo que a necessidade de melhorias na área da saúde é de consenso entre os vereadores. Lamentou a ausência de informações por parte da secretaria, causando sofrimento à população. Comentou que, por meio do requerimento nº 523 de 2022, a Secretária de Saúde, Clara Alice Carvalho, foi convocada, no dia 12 de dezembro, a esta Casa para fazer esclarecimentos. Fez uso da palavra a vereadora Lúcia Maria Ferreira Tenório comentando a dificuldade de fazer um projeto e de colocá-lo em prática, porém, na maioria das vezes, ele não é executado. Citou a falta de retorno por parte da secretaria de saúde, comentando que a Secretária provavelmente nem sabe onde fica a Farmácia Gratidão, projeto que lhe custou muito esforço para pô-lo em prática. Criticou alguns secretários do Poder Executivo, dizendo o quanto está difícil essa relação. Fez uso da palavra o vereador Luís Roberto Tavares dizendo que, na semana passada, foram colocados dois (2) *playgrounds* na cidade, via uma emenda própria de 2021. Comentou que um deles foi posto no Horto Vergel, que é uma área que não possui entretenimentos para as crianças, salientou que, mesmo com pouco recurso, foi possível contribuir com o lazer naquele local. Destacou que ontem aconteceu o encontro do Fusca, contando com quase quinhentos (500) carros. Citou a final do futebol amador, em que o Tucura foi campeão, parabenizou as torcidas por não ter ocorrido nenhuma briga. Fez uso da palavra a vereadora Luzia Cristina Cortes Nogueira dizendo que esteve no Jardim Cintra, onde houve uma tragédia, que matou um casal e duas crianças, pois foi feito um estudo, já iniciando a obra de um piscinão, solucionando o problema da falta de vazão de água. Comentou que tem se falado sobre o asfaltamento da rua 32, no Parque das Laranjeiras, porém, antes de haver o asfaltamento, precisa resolver a situação do córrego, aumentando a passagem por baixo. Destacou que teve três (3) filhos e que nunca deixou a caderneta de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vacinação não estar preenchida, dito isso, comentou sobre a importância de as pessoas procurarem os postos de vacinação e de informarem-se sobre as faixas etárias que podem ser vacinadas contra a Covid. Salientou que todos devem fazer a própria parte para evitar ser necessário haver o fechamento dos comércios novamente. Nada mais a se tratar, a Sra. Presidente, Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 22h26, determinando a lavratura da presente ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada, vai, a seguir, devidamente assinada.